



Европейски парламент Parlamento Europeo Evropský parlament Europa-Parlamentet Europäisches Parlament
Euroopa Parlament Ευρωπαϊκό Κοινοβούλιο European Parliament Parlement européen Parlaimint na hÉirpe
Europski parlament Parlamento europeo Eiropas Parlaments Eiropos Parlamentas Európai Parlament
Parlament Ewropew Europees Parlement Parlament Europejski Parlamento Europeu Parlamentul European
Európsky parlament Evropski parlament Euroopan parlamentti Europaparlamentet

S. E. a Ministra da Justiça,
Dra. Paula Teixeira da Cruz,

Bruxelas, 17 de Setembro 2015

Assunto: Atuação da polícia de Angola em território português

Leitura ministerial,

Foi noticiado recentemente no site MakaAngola que dois agentes da investigação criminal angolana, o Dr. Pedro da Graça Vandúnem João, do Serviço de Investigação Criminal, e o Dr. Luciano Chaca, vice-procurador-geral da República de Angola, se deslocaram a Portugal para proceder a um interrogatório, no âmbito de um processo judicial, a um cidadão angolano, o professor Alberto Neto, residente na Suécia. O Professor Neto teria sido contactado antes por um membro do Serviço de Investigação Criminal (SIC) de Angola e afirmado que estava em Lisboa.

Os representantes das autoridades angolanas trouxeram consigo um documento do Ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, que os autorizava a levar a cabo a operação, isto é, a interrogar Alberto Neto fora do território angolano. Contudo, não forneceram a Alberto Neto, a seguir ao interrogatório, qualquer documento acerca das suas declarações.

A propósito do sucedido, solicito os seguintes esclarecimentos:

1 - Teve o Governo conhecimento da realização de um interrogatório levado a cabo por autoridades angolanas em território português? Foram o MAI, MNE ou MJ previamente notificados? Houve autorização por parte de autoridades portuguesas para ocorrência desse ato processual em Portugal?

2 - Se não houve conhecimento prévio, tomou a Senhora Ministra a iniciativa de apresentar protesto do Governo de Portugal às autoridades angolanas sobre esta violação da soberania nacional e do direito internacional, exigindo um pedido de desculpas?

Com os cordais cumprimentos
Ana Gomes

Ana Gomes
Deputada ao Parlamento Europeu